

# OS JESUÍTAS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL COLONIAL

*The jesuits and the history of indigenous education in Colonial Brazil*

Douglas Rubens Nogueira<sup>1</sup>  
Rodrigo Rios Faria de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Durante o período colonial, o Brasil vivenciava uma imersão social juntamente com contribuições multiculturais. Apesar de marginalizados e submetidos a uma vida de escravidão, era grande a presença dos povos originários e africanos escravizados, advindos de diversas partes da África e trazidos para a Colônia com o objetivo de trabalharem na extração da madeira Pau-Brasil e nos engenhos de cana-de-açúcar. Além da população originária e dos cativos, a colônia recebeu além dos próprios portugueses, outros imigrantes europeus em menor número. Essa união de diferentes povos, com culturas, crenças e fé diferentes acabaram por influenciar na forma de agir e pensar dos membros da colônia. Essa pesquisa teve como objetivo principal o estudo da educação jesuítica no Brasil Colônia e a sua estrutura organizacional. A pesquisa empregou os métodos de análise bibliográfica e de rastreamento histórico dos processos educacionais, dos quais derivaram as seguintes técnicas de investigação: revisão de literatura e análise documental. Este texto é parte da dissertação de mestrado aprovado no PPGEducS-UNIVÁS.

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Conhecimento e Sociedade, Prof.douglasrubensnogueira@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6644830574820366>

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Linguagem, rodrigorios.adv@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/4212680724753782>

**Palavras-chave:** Educação; Brasil Colonial; Jesuítas; Religião.

**Abstract:** During the colonial period, Brazil experienced social immersion along with multicultural contributions. Despite being marginalized and subjected to a life of slavery, there was a large presence of original and enslaved African peoples, coming from different parts of Africa and brought to the Colony with the aim of working in the extraction of Pau-Brasil wood and in sugarcane mills. -of sugar. In addition to the original population and captives, the colony received, in addition to the Portuguese themselves, other European immigrants in smaller numbers. This union of different people, with different cultures, beliefs and faith ended up influencing the way the members of the colony acted and thought. This research had as its main objective the study of Jesuit education in Colonial Brazil and its organizational structure. The research used the methods of bibliographic analysis and historical tracking of educational processes, from which the following investigation techniques were derived: literature review and document analysis. This text is part of the master's thesis approved at PPGEdU-CS-UNIVÁS.

**Keywords:** Education; Colonial Brazil; Jesuits; Religion.

## INTRODUÇÃO

É fundamental estudar a educação com uma sólida base em seu contexto histórico geral e individualizado no tocante ao povo, para que se possa observar a simultaneidade entre as suas crises a as mazelas do sistema social vivido em determinada época. Aranha (1996) defende que esta regularidade não pode ser compreendida isoladamente como um simples paralelismo entre os fatos da relação educacional e os fatos sociais, uma vez que há uma união indissolúvel entre as relações que os homens estabelecem ao produzir sua existência e o modo como isso se

perpetua perante seus iguais. Sob esta perspectiva, a educação deixa de ser um fenômeno neutro, devido a sua pluralidade necessária e passa a ser entendida como uma relação altamente influenciada pelos efeitos da ideologia, no caso em estudo, pelas ideologias jesuítas presentes na sociedade colonial brasileira.

Colaboram com esse pensamento Rosálio e Mello (2015, p. 380)

Estudar a educação brasileira, no seu primeiro século de colonização implica, necessariamente, buscar compreender a realidade da época do ponto de vista cultural, econômico, político e religioso. Para isso, torna-se necessário ir às fontes que retratem de modo o mais fidedigno possível aquele contexto social.

Apenas no século XIX, os historiadores sentiram um maior interesse em avaliar e documentar a história da educação de uma forma sistemática e exclusiva. É possível entre os anos 30 a 50, presenciar um esforço relativamente maior e mais concentrado que objetivava conferir uma determinada visibilidade e sentido à trajetória da educação brasileira na Colônia, Império e República. Verifica-se que, nesses anos, foram instituídos conteúdos de história da educação geral e do Brasil nos mais diversos currículos acadêmicos das escolas normais, institutos de educação e faculdades de filosofia. Não obstante, conhece-se de uma forma mais detalhada a história da pedagogia, ou das doutrinas pedagógicas, do que propriamente das verdadeiras práticas utilizadas na efetivação da educação.

Salientam Costa e Salviano (2018, p. 2)

Tanto na historiografia como mais especificamente na História da Educação, durante muito tempo, havia uma concepção da utilização de fontes oficiais e escritas (legislação, discursos parlamentares, relatórios e atas escritas por autoridades, entre outras): "até por volta de 1850, à história continuou a ser, para os historiadores e para o público, um gênero literário". Essa comparação, entre a questão de fontes e o pensar positivista, foi sendo questionada e se deve da consideração da história

**403**

como uma narrativa. Isso é o resultado do fato da longa predominância do positivismo na produção historiográfica. Assim, os trabalhos desses pesquisadores dessa época limitavam-se apenas a documentos e escritos.

Para Saviani (1996), é possível verificar na história da educação, no Brasil, um fenômeno que é caracterizado por uma hipertrofia da primeira palavra da locução, sendo que esta acaba por não ser totalmente compreendida, pois o seu significado não é explicitado de uma forma clara. Sendo assim, a história acaba sendo absorvida em um sentido tradicional de uma sequência de fatos ou de ideias, o que acaba por se traduzir em uma mera cronologia que não explica o processo histórico concreto.

Para que se possibilite uma compreensão da história da educação, é necessário examinar a base material da sociedade cuja história se está reconstituindo.

Devido à crescente complexidade estrutural que atingiu as sociedades, a educação formal passou a assumir um caráter ligado ao intelectualismo, se distanciando cada vez mais da sua atividade inicial, destinando-se apenas a uma elite, assumindo com isso uma visão ideológica. A educação brasileira teve, durante o período colonial, uma estrutura de acesso elitizado e catequista, mesmo após as reformas educacionais de pombal, essa percepção ainda se perdurou, mas dessa vez de uma forma mais amena.

## **1. A ORDEM DOS JESUITAS**

A educação formal brasileira no período colonial esteve a cargo, não de uma forma exclusiva, mas hegemônica, dos padres e irmãos da conhecida Companhia de Jesus. Essa hegemonia durou dos anos de 1549 a 1759, ou seja, desde o ano da chegada dos primeiros grupos

jesuítas ao Brasil até a sua expulsão pelo Marquês de Pombal. Durante esse período, os portugueses, os povos originais e as pessoas em situação de escravidão tiveram, em sua educação, a marca da educação cristã oriunda majoritariamente dos jesuítas.

A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa fundada na Europa, em 1540, por Inácio de Loyola e regida pela bula *Regimi Militantis Ecclesiae*, que foi editada pelo então Papa Paulo III. Seu idealizador foi acompanhado por um grupo de seguidores, em que todos demonstravam o desejo por uma vida de entrega pela bandeira de Cristo e salvação de “almas perdidas”. Entendia-se por “almas perdidas”, pessoas que não devotavam a fé e o culto ao cristianismo e que não seguiam uma vida pautada em preceitos defendidos pelos cristãos, ou que simplesmente devotavam qualquer outra forma de fé e prática de outro culto religioso. Os jesuítas, como eram chamados os membros da Companhia de Jesus, eram homens que optavam incondicionalmente pela bandeira de Cristo e que se entregavam inteiramente pela salvação das almas e conseqüente conquista para o reino de Cristo, colocando esse compromisso acima da própria vida. Morrer pelo reino de Cristo, entregar a vida pela salvação das almas e lutar pela vitória do bem sobre o mal era como os inicianos buscavam ser conhecidos e lembrados.

A Companhia de Jesus, ou *Societatis Iesu*, iniciou-se, ainda não formalmente, a partir de um diminuto grupo de homens religiosos, sendo eles: Afonso Salmeron, Diogo Laines, Francisco Xavier, Nicolau Babledilha, Pedro Fabro e Simão Rodrigues. Estes se uniram a Inácio de Loyola para a criação da até então futura Ordem. Todos estudavam na Universidade de Paris e a junção desse grupo inicialmente teve como objetivo uma reflexão sobre os Exercícios Espirituais, assunto fruto de uma obra de mesmo nome, que Loyola escrevera em 1520.

Serafim Leite (1938) conta que, no dia 15 de agosto de 1534, quando o grupo de Loyola estava reunido em Paris, na capela de Nossa Senhora, fez os seguintes votos: castidade, pobreza, peregrinação a Jerusalém, ocupação da própria vida e forças em prol da salvação das almas dos próximos, administração dos sacramentos da confissão e da comunhão, pregações, organização e celebração das missas, tudo isso sem nenhuma forma de remuneração, afinal, todo ato seria em prol do seu deus maior, fazendo jus ao voto de pobreza.

Lacouture (1994, p.103) ensina que:

Inácio, Favre, Codure, põem-se ao trabalho, e redigem um documento a ser apresentado ao Papa, cuja aprovação é a única que pode conferir existência oficial à organização. Será a Prima Societatis Iesu Instituti summa. Há quatro séculos os seus membros apõem à sua assinatura as duas letras S.J., a primeira das quais se refere à 'sociedade'. Será porque a maioria dos fundadores pensava em espanhol e tinha em mente a palavra companhia, que não possui equivalente em latim, e teve de adotar societatis. Se pretendiam revesti-la de um sentido 'militar', a palavra 'legio' não seria mais apropriada?

Em 27 de setembro de 1540, o então Papa Paulo III aceitou e oficializou a Sociedade como uma ordem eclesiástica por meio da bula Regimini Militantis Ecclesiae. Em 21 de julho de 1550, a bula Expositum Debitum, dessa vez regida pelo novo Papa Júlio III, aprovou a Fórmula Instituti da Societatis Iesu, confirmando a Companhia de Jesus.

Os fundamentos norteadores dessa então nova ordem, bem como seus regulamentos, foram registrados na Fórmula do Instituto, documento que foi aprovado pelo papa no ato da fundação da ordem. Nesse documento, encontra-se expresso o fim que o fundador concebeu para a ordem. De acordo com o padre Francisco Rodrigues, em sua História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal, Volume I, Tomo I, na Fórmula Instituti, Inácio de Loyola lançava o seguinte apelo:

Todo aquele que nesta nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quizer militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da Cruz e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário Seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente... propagar a fé pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e nomeadamente ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo [...] (Rodrigues, 1931, p. 110-112).

O ensino passou a ser um dos pilares da atuação dos soldados da Companhia de Jesus na prática de sua missão, diferente das ordens monacais que eram de religiosos que viviam em clausura em mosteiros e conventos. Esta nova ordem seria missionária e deveria anunciar ao mundo a palavra de Cristo por meio do ensinar e do saber, esse saber seria transmitido por meio de uma frente formal de ensino em instituições e teria a catequese como uma educação informal e como meio de controle social dos povos originários e de pessoas em situação de escravidão.

O avanço do protestantismo trazia consigo a necessidade de a igreja católica ter uma Ordem educadora para auxiliar no movimento da contrarreforma, oficializado pelo Concílio de Trento (1545-1563), mas em atuação desde a década de 1520. O protestantismo tinha como arma de atuação a educação para o fiel entendimento da Palavra de Deus, pois, segundo sua aplicação, o homem moderno precisava minimamente saber ler e escrever para ter um real acesso às ditas Sagradas Escrituras, que foram traduzidas para o vernáculo por Martinho Lutero. Por outro lado, essa educação também era necessária para que os homens participassem da vida em sociedade de uma forma mais adequada, entendendo, pela leitura, o código escrito e sabendo expressar-se por ele (MESQUIDA, 1994, p. 148).

Rosália e Mello (2015, p. 382) explicam que:

A Reforma Protestante, constituiu-se em um duro golpe aos domínios da Igreja Católica que para tanto necessitava reagir, sob pena de perder cada vez mais seus adeptos. Assim, era necessário atuar em duas frentes, na arregimentação dos chamados incrédulos e na arrecadação de fundos para o combate a Reforma protestante.

[...] os jesuítas, atuaram como verdadeiros “soldados” de cristo atuaram na educação e no ensino. Na Europa ensinaram em seminários, colégios e universidades objetivando recuperar a antiga posição da Igreja Católica Romana, enquanto nas áreas recém – descobertas organizaram, além, do trabalho educacional, as missões, com o intuito de conquistar e preservar para a Igreja Católica os povos que não foram atingidos pela expansão protestante. Neste sentido, os jesuítas exerceram, no Brasil um destacado papel tanto na educação como na catequese do índio e dos colonos.

Os jesuítas vieram ao Brasil em 1549, a pedido do então Rei de Portugal D. João III, que via neles um instrumento poderoso para cumprir seu encargo de conversão dos povos originários, devido ao conhecimento das letras e da oratória que possuíam:

a ocasião que ouve pera isso foy querer el Rey Dom João 3º de Portugal de boa memória povoar esta terra do Brasil, que hera de sua conquista: e vendo por huma parte o grande fruto que o P. Mestre Francisco fazia na Índia assi na conversão dos gentios como no proveito espiritual dos Portugueses, e por outra a obrigação que tinha a conversão dos naturaes desta terra por pertencer ao Mestrado de Cristo cuio perpetuo Administrador elle he, e por cuio respeito leva os dízimos della, pareceolhe que os da Companhia herão muy a proposito pera lhe descarregar sua consciência na conversão dos naturaes della (Anônimo, 1598).

Os jesuítas traziam consigo uma formação acadêmica parisiense, humanista, escolástica, fixada no cumprimento de ordens e na obediência, principalmente, nas Constituições da Companhia e nos ensinamentos de Loyola, estudados por meio de seu livro “Exercícios Espirituais”. Essa estrutura educacional é, em partes, uma forma de educação cuja teoria e prática pedagógicas podem ser percebidas nas salas de aula até os dias atuais.



A coroa portuguesa comprometeu-se a financiar o sustento dos jesuítas no Brasil em troca de sua função de catequisar e domesticar os indígenas. A Coroa, anualmente, pagava a eles determinado soldo em dinheiro e/ou mantimentos. Em decorrência disso, o jesuíta vindo ao Brasil, além de ser membro de uma ordem religiosa e seguir as orientações e ordens do papado, era um operário do próprio rei português: como operário do rei, tinha como principal função civilizar e catequizar índios; como jesuíta, era um “guerreiro de Cristo”, com a missão de conquistar almas para o reino do Deus que anunciava. Para o pensamento limitado da época, os dois papéis se completavam facilmente.

Raymundo (1998, p.43) salienta que:

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé.

Os jesuítas nortearam sua atuação no Brasil por meio do zelo de salvação das almas e pelo desejo de servir ao papado e ao rei. O campo social que aqui encontraram era muito próprio, com grandes nuances quando comparado àqueles nos quais estavam acostumados a atuar na Europa ou mesmo àquele encontrado no Oriente.

### **1.1 A Educação dos Povos Originários**

Os povos originários, inicialmente, pareceram-lhes fáceis de converter, pois não eram vistos como seres já fixados a crenças e ritos próprios, eles eram vistos pelos jesuítas como seres com grande potencial de aprendizado e doutrinação. Neles, facilmente, seria possível gravar uma doutrina católica sem dificuldades e em sua forma mais pura, pois

não havia, por perto, as raízes do protestantismo que já se fixava fortemente na Europa. Porém, com o passar do tempo, tal pensamento demonstrou-se irreal, visto que os originários mantinham consigo uma raiz religiosa muito própria e fortalecida em seu meio.

A impressão de uma errônea pureza doutrinária dos originários acabou por entusiasmar os primeiros jesuítas que aqui desembarcaram. Com isso, os primeiros relatos enviados a Portugal sobre as primeiras experiências catequéticas no Brasil estão repletos de elogios e esperanças sobre a nova terra e descrições de um errôneo sucesso na missão de cada um dos missionários na conversão. Na concepção jesuítica, os povos originários precisavam de um socorro dos arautos do evangelho, dado que não eram familiarizados com os preceitos evangélicos e seguiam seus próprios parâmetros religiosos, que não eram uniformes entre si. Os originários eram entendidos como seres que estavam no caminho da perdição moral e da condenação ao eterno sofrimento de sua alma. Esse olhar jesuítico era complacente e acabava por ver tais povos como almas puras e inocentes, imersas em costumes pecaminosos e que se condenavam ao inferno sem o saber. Ideias essas que vêm expressas em várias passagens das cartas jesuíticas enviadas a Portugal e ao Papa, cartas que demonstravam uma espécie de sentimento de compaixão pelas almas ditas perdidas dos nativos do Brasil.

Como destaca Calháu (2010, p.33):

Os índios aprendiam pela força da tradição, de forma espontânea e não programada, até que tudo mudou com a influência dos ensinamentos jesuíticos em sua cultura fazendo com que estes, mesmo sem perceber, perdessem parte de seus costumes. "Nesse sentido, o colonizador apaga um tanto da memória discursiva indígena e institui outra com novas marcas, uma vez que é dinâmica e flexível. "

Oliveira (2022, p.44) ensina que:

Os índios eram obrigados a aprenderem os costumes dos brancos, esquecendo-se de sua identidade. Os costumes antigos, aprendidos desde criança, haveriam de ceder lugar à fé católica, sendo-lhes vedados até fabricarem seus artesanatos. Os missionários catequistas aplicavam-lhes castigos para assegurarem a obediência dos indígenas. A escola tida por tradicional não respeitava os costumes, a língua, nem a história deles.

O entusiasmo no início da missão dos jesuítas perante a obra da conversão no Brasil foi fomentado por determinadas atitudes dos indígenas, que se mostravam dispostos a ouvir as pregações dos padres e que corriam atrás deles pedindo para serem batizados e terem salvas suas almas.

Rosália e Mello (2015, p. 386) explicam que:

Os indígenas enviavam as crianças para a escola de manhã, de tarde e de noite, tornando-se sedentários e monogâmicos, deslocando-se de sua cultura nativa para adquirir traços da cultura européia, dos portugueses. Nessa empreitada, os jesuítas criaram 24 missões espalhadas pelo Paraguai e pelo sul do Brasil e na Região Amazônica.

Com o passar do tempo, porém, começou-se a perceber uma série de dificuldades relacionadas aos trabalhos de conversão dos índios, sobretudo na percepção de que eles, na verdade, já tinham uma fé e uma crença religiosa própria e que essa estava enraizada dentro de sua cultura social. Porém, para os missionários, os indígenas eram portadores de determinados costumes tidos como contrários a uma vivência cristã. Perceberam, também, que a sua principal ferramenta de propagação das ideias de conversão, a pregação, mostrava-se ineficaz para com os índios, pois eles não se convertiam por meio dos artifícios argumentativos empregados, tampouco, estavam dispostos a substituírem suas crenças

ancestrais já enraizadas em sua sociedade por uma doutrina nova, como desejavam os jesuítas.

Por vezes, os jesuítas ficavam entusiasmados com um enganador sucesso momentâneo, conseguidos após uma entusiasmada pregação de algum padre. Os originários não ouviam os padres pelo que falavam, mas porque, conhecedores das letras, da filosofia e do discurso, eram bons locutores, sendo assim, os indígenas acabavam por admirar a arte retórica, mas não o conteúdo do discurso em si.

Rosália e Mello (2015, p. 387) explicam que:

Na educação e na catequese, os sermões dos jesuítas eram importantíssimos. Neles, os padres usavam uma linguagem simples, direta e que impressionasse o “público” que os ouvia, constituído por pessoas rudes, ignorantes, analfabetas, ou seja, homens, mulheres e crianças que não estavam habituados à reflexão. Com os sermões, os jesuítas procuravam estimular as pessoas a sentirem o remorso, o medo, a culpa, incutindo-lhes a idéia de pecado, de céu, de inferno, de diabo e a possibilidade de salvação dos infiéis pelo perdão dos pecados, pela misericórdia divina e pela conversão dos povos nativos através de sua adesão ao catolicismo.

Além dos sermões, os jesuítas usavam outro recurso para divulgar e converter os nativos, chamados de gentios, à fé católica: o teatro e a música. As peças eram representadas e músicas cantadas na linguagem indígena, ou em português, abordavam questões do cotidiano dos nativos, mas também pregavam a religiosidade e a moral católica, trabalhando com ideias do bem do mal, pecado e virtude, representando divindades, adoradas pelos nativos e defendendo o monoteísmo cristão.

Essas resistências mostraram aos missionários que a boa impressão que, inicialmente, tiveram dos indígenas e o trabalho de conversão deles ao catolicismo era uma tarefa difícil, longa e com pouca chance de sucesso. Prova disso é que, somente em poucas ocasiões, obtiveram-se

os resultados esperados. Consequentemente, mudou-se a imagem que os jesuítas tinham dos indígenas, que não se mostravam mais inocentes sobre seus olhos, como a princípio imaginavam, mas sim seres que eram viciados em costumes tidos como pecaminosos e que insistiam em permanecer com sua cultura “rica em pecados”. O apego que os índios tinham aos seus costumes ancestrais e o quase nulo efeito que as pregações dos padres faziam nas almas pecaminosas deles, tornavam os esforços dos missionários ineficazes quanto às conversões esperadas, causando uma crescente onda de desmotivação dos missionários.

Fausto (2002, p.49), ao analisar a concepção evangelizadora da Companhia de Jesus, nos mostra que a concepção missionária “Constituiu no esforço de transformar os índios, através do ensino, em ‘bons cristãos’; significava também adquirir os hábitos de trabalhos dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da colônia. ”

Com o passar dos tempos, o ânimo dos jesuítas com o processo que lhes foi confiado foi se extinguindo, até que começaram a questionar o processo catequético e reduzir, gradativamente, a continuação da obra conforme tinha se iniciado. Observaram-se, em meados da década de 1550, rotineiras manifestações de desânimo que eram encontradas nos documentos jesuítas, neles, levantava-se a questão se valeria a pena continuar investindo na tentativa de conversão dos originários ou se seria plausível o encerramento desse trabalho. Alguns defendiam uma continuidade do trabalho empreendido, empenhavam-se em encontrar razões que justificassem sua continuação e tentavam animar seus companheiros de missão; em contrapartida, os que entendiam como inúteis a continuação da missão junto aos originários começaram a investir em outros trabalhos, que se voltavam

para outras partes da população colonial. As dificuldades que se apresentavam nos trabalhos concretos no contexto indígena brasileiro acabavam por contestar os princípios fundamentais do discurso teológico que eram o pilar de sustentação da vocação jesuítica. Tal como foi expresso nos documentos fundadores da ordem, isso foi motivo de uma debandada de vários jesuítas da Companhia, outros acabaram por apenas solicitar seu regresso à Europa.

A reformulação da forma que se atuava com os indígenas foi o resultado da superação desse período de crise e reflexões dos jesuítas do Brasil acerca de sua missão de conversão e inserção dos indígenas na sociedade Colonial, situação que envolveu uma grande quantidade de correspondências com os superiores hierárquicos na Europa. Essa reformulação originou-se a partir de uma constatação tardia e negligenciada, até então, de que a conversão dos índios implicava também em uma transformação de caráter socioeconômico e a imposição de um cotidiano regado por parâmetros sociais do homem branco europeu.

A subordinação dos originários a tal estrutura social necessitava de uma colaboração por parte das autoridades coloniais, uma vez que os jesuítas entendiam que seu poder se limitava a questões puramente espirituais, o que se confirmava nos seus documentos que orientavam a Companhia. Com isso, a questão indígena deixou de se restringir somente quanto à catequização, começou a envolver todo um projeto colonial do Brasil, em virtude da grande importância dos índios quanto à exploração de sua mão de obra. Diante das inúmeras repercussões em apoiar os jesuítas, nem todas as autoridades estavam dispostas a envolver-se com esse inovador projeto jesuítico de catequização dos índios. O apoio que era até então esperado por Nóbrega, que pensava

que seria de fácil o convencimento das autoridades, visto a necessidade de se integrar os índios a sociedade colonial, veio apenas quando Mem de Sá assumiu o Governo Geral do Brasil em 1558. Nessa época, o governo se dispôs a colaborar com os jesuítas e assumiu o compromisso da sujeição dos índios às leis portuguesas, tendo ocorrido com isso a exterminação dos índios Caetés, como forma de punição por serem canibais e terem matado e consumido o corpo do bispo Pedro Fernandes Sardinha em 1556. Essa aliança logrou grande êxito na propagação do novo projeto catequético e civilizatório que ficou conhecido como aldeamentos. Com o sucesso na fundação e propagação desses aldeamentos, acabou por renascer nos inicianos o entusiasmo pela missão de conversão dos indígenas, consolando os que a ele ainda se dedicavam. Afirmavam que era chegada a época de colher os frutos que com lágrimas e desconsoações foram por vários anos semeados.

Luzuriaga (1985, p.118/119) explica que:

A Ordem dos Jesuítas não foi, entretanto, criada só com fins educacionais; ademais, parece que no começo não figuravam esses entre os propósitos, que eram antes a confissão, a pregação e a catequização. Seu recurso principal eram os chamados "exercícios espirituais", que exerceram enorme influência anímica e religiosa ente os adultos. Todavia pouco a pouco a educação ocupou um dos lugares mais importantes, senão mais importante, entre as atividades da Companhia.

O Projeto Educacional Jesuítico não se apresentava como um simples projeto de catequização indígena, mas demonstrou ser um projeto mais amplo, um projeto que pretendia uma transformação social, tendo como principal função propor e promover mudanças drásticas na cultura indígena brasileira. Teixeira Soares (1961, p. 142) afirma que a Companhia de Jesus surgiu como "uma explosão de pensamento religioso transvertido ao campo das atividades práticas. Refazer o homem,

infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidade sociais e religiosas, foi a ação da Ordem."

## **CONCLUSÃO**

Estudar a origem da educação brasileira, significa conhecer, além dos aspectos econômicos, políticos, administrativos, sociais, culturais e principalmente religiosos, o pensamento pedagógico e a ação educativa daquele período, levando em conta a singularidade dos diversos grupos presentes na colônia. Mais do que isso, significa ir buscar, em um Portugal medieval e renascentista, as suas origens e destacar as especificidades do espaço colonizado, desde os primórdios, com formas de cultura nativa e africana, forçadamente trazidas ao trabalho escravo.

Quando se faz uma análise da história, é primordial que se observe quem escreveu essa história, quem é o detentor do meio de produção dessas narrativas, isso foi percebido durante as pesquisas para essa escrita. Há uma clara interferência de ideologias e de narrativas pessoais na experiência histórica de cada grupo, o que por sua maioria não se revela uma verdade real, quando examinado o contexto geral. Quando observadas as escritas das diferentes Ordens religiosas presentes na historiografia da educação brasileira, é possível perceber ocultação de informações referentes à outra Ordem, assim como uma minimização de seus atos, ficando clara a interferência pessoal na escrita da história que conhecemos, o que leva o pesquisador a uma necessidade de se debruçar em uma pesquisa com uma visão multidisciplinar de seu objeto.

O projeto educacional implantado no Brasil colonial pela Ordem dos jesuítas era parte integrante da estratégia colonizadora propugnada pela Coroa portuguesa, que para suprir a necessidade de mão-de-obra, além de uma prática de controle social, viu na catequização e no ensino das primeiras letras, uma forma de organizar a colônia. Uma das



características da história da Ordem jesuítica é o despertar de sentimentos e opiniões contraditórios que marcaram a trajetória da Companhia nos distintos momentos e territórios em que está se mostrou atuante.

Analisando o ocorrido no Brasil, é possível apontar que os trabalhos de catequese desenvolvidos junto aos índios, o uso de mão de obra escravizada, assim como a polêmica gerada em torno da administração e acúmulo de propriedades realizados pela Companhia de Jesus, transformaram-se nos alvos das principais questões relacionadas à presença da Ordem na Colônia.

A Ordem jesuítica logrou êxito em sua missão de catequizar os indígenas, ensinar os brancos da elite e mesmo os escravos. Isso, quando analisamos a situação de uma forma mais fria, um pouco mais ingênua do ponto de vista moral, uma vez que a educação empregada tinha por fim um controle social, quando relacionada ao indígena; uma educação elitizada quando direcionada ao homem branco português; e uma educação profissional relacionada ao negro escravizado, visando, com isso, o aumento de seu valor monetário e da qualidade como escravo profissionalizado. Claro que nenhuma dessas informações pode ser observada como estrita, pois, em uma pesquisa aprofundada, sempre se encontram casos que fugiram do *modus operandi*.

## REFERÊNCIAS

ANÔNIMO. **Algumas coisas que da província do Brasil se propõe ao P. Geral neste ano de 1579 e respostas a elas.** 1579. ASRI, Bras.2.

ARANHA, M. L. A. **História da educação.** 2. ed. ver. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

CALHÁU, S. **Existe mesmo uma educação para o povo?** In: \_\_\_\_\_;  
COSTA, Renato Pontes. "... e uma educação pra o povo, tem?". Rio de  
Janeiro: Caetés, 2010.

COSTA, O. SALVIANO, L. **A pesquisa em história da educação: uma  
revisão de literatura.** do Tempo Presente, São Cristóvão - SE, v. 09, n.  
01, jan./jun. 2018

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São  
Paulo –EDUSP, 2002.

LACOUTURE, J. **Os jesuítas.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1994.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil Lisboa:** Livraria  
Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a, t. I. 610 p.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da Pedagogia.** 16. ed. São Paulo:  
Ed. Nacional, 1985.

OLIVEIRA, I. C. **A EDUCAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA.** Revista  
Temporis(ação), volume 22, número 01, 2022.

RAYMUNDO, G. M. C. **Os princípios da modernidade nas práticas  
educativas dos jesuítas.** 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado).  
Universidade Estadual de Maringá

RODRIGUES, F. **História da Companhia de Jesus na Assistência de  
Portugal.** Porto: Apostolado da Imprensa, 1931.

ROSÁRIO, M. H. A, **Revista HISTEDBR On-line,** Campinas, nº 61, mar 2015.

SAVIANI, D. **História da educação.** In: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda.  
História da educação. 2. ed. ver. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.  
TEIXEIRA SOARES, Á. **O Marquês de Pombal.** Brasília: Editora da UnB, 1961.

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

NOGUEIRA, J. R.; OLIVEIRA, R. R. F. de. Os jesuítas e a história da educação  
indígena no Brasil Colonial. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e  
Linguagem,** Pouso Alegre/MG, ano 9, nº 20, jan-jun/2024, p. 401-418.